

SEMINÁRIO REGIONAL DE AGROECOLOGIA NA AMÉRICA LATINA E CARIBE Brasília, de 24 a 26 de junho de 2015.

Antecedentes

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil (MDA) e com a colaboração da Aliança para a Soberania Alimentar da América Latina e Caribe (Alianza) estão organizando no âmbito do Plano de Ação de Agricultura Familiar da CELAC, o Seminário Regional de Agroecologia na América Latina e Caribe em junho de 2015. Este evento faz parte de um contexto global e regional de crescente interesse por Agroecologia, expresso nas plataformas políticas, experiências produtivas e políticas públicas dentro de um marco dos desafios para erradicar a pobreza, a fome e a má-nutrição; alcançar um desenvolvimento sustentável, promover o direito humano a uma alimentação adequada e saudável, a conservação da biodiversidade e o reconhecimento e valorização da agricultura familiar, e do conhecimento dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Existem numerosas e importantes iniciativas na região impulsionadas por associações de produtores e movimentos sociais, organizações não governamentais, organizações multilaterais, governos nacionais, instituições acadêmicas e de pesquisa agropecuária, além de fóruns multilaterais e espaços de integração regional.

A Aliança pela Soberania Alimentar da América Latina e Caribe é parte do Comitê Internacional de Planejamento para a Segurança Alimentar (CIP) e constitui uma aliança política e social de movimentos regionais e sub-regionais, organizações de camponeses, agricultores familiares, agricultura urbana, pastores, indígenas, pescadores, trabalhadores rurais, mulheres, jovens rurais, ambientalistas, consumidores e outros. A Aliança inclui várias organizações-chave que participam deste trabalho conjunto para a defesa e promoção da agricultura agroecológica. Entre elas, Via Campesina, o Movimento Agroecológico da América Latina e Caribe (MAELA) e a Confederação de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul (COPROFAM). Adicionalmente, no contexto regional, existem importantes contribuições efetuadas pela Sociedade Científica Latino-Americana de Agroecologia (SOCLA), para análise e intercâmbio de informação científica sobre agroecologia entre pesquisadores e para dar apoio aos movimentos agroecológicos.

Recentemente, a agroecologia foi incluída na agenda de integração regional, especialmente dentro do MERCOSUL e da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). A XX Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do MERCOSUL (Caracas, Venezuela – dezembro de 2013) incorporou o tema da Agroecologia na agenda dos Grupos Temáticos para a Adaptação às Mudanças Climáticas e Gestão de Risco Climático. Também, o grupo de trabalho *ad hoc* sobre a Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural da CELAC e a Declaração Ministerial da CELAC sobre agricultura familiar, aprovada em Brasília, Brasil, em novembro de 2014 e ratificadas na Terceira Cúpula de Chefes de Estado e Governo (San José, Costa Rica, janeiro, 2015), programaram “apoio para a convocação a um evento regional sobre Agroecologia para fomentar o intercâmbio de experiências e a promoção de políticas de desenvolvimento sustentável”.

Dentro do marco do Ano Internacional da Agricultura Familiar 2014, a FAO realizou o Simpósio Internacional de Agroecologia para a Segurança Alimentar e Nutrição em setembro em Roma. O documento final está disponível no *website* da organização (<http://www.fao.org/3/a-i4327e.pdf>).

Levando em consideração que a Agroecologia deve tomar como base as realidades locais e regionais e condições ambientais, sociais e econômicas, a FAO decidiu realizar eventos regionais na África, Ásia e América Latina e Caribe. Por outro lado, o governo brasileiro se ofereceu para realizar uma reunião regional da América Latina e Caribe. Ademais, vários países manifestaram interesse, inclusive Brasil, para incluir a agroecologia no Marco Estratégico da FAO, especialmente no contexto de cooperação técnica com os países em desenvolvimento, nas Conferências Regionais planejadas para 2016 e na Iniciativa Regional de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial Rural na América Latina e Caribe.

É importante ressaltar que na região existem várias iniciativas e ações para promover e fortalecer a agroecologia, tanto dentro dos governos como nas ações da sociedade civil. Um exemplo de liderança na região é Cuba, cuja produção se baseia na Agroecologia, por isso é um país com experiência valiosa para esta análise. Outros exemplos são o novo marco legal para o desenvolvimento rural no Equador e Bolívia, as experiências bem-sucedidas de produtores e associações de produtores agroecológicos na Argentina, Uruguai e Chile, entre outros. Por outro lado, em 2012 o Brasil criou um novo marco institucional e legal relacionado a este tema, com a criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), que deu origem a um Plano Nacional (PLANAPO), de caráter interministerial e com a participação da sociedade civil.

Na América Latina e Caribe, a agroecologia está profundamente ligada ao desenvolvimento rural sustentável e ao melhoramento e fortalecimento da agricultura familiar e dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Isso se destaca na Declaração Final do Fórum Latino-Americano de Comitês do Ano Internacional da Agricultura Familiar, onde também se reconhece a conexão entre a agricultura familiar e a agroecologia e a função que esta desempenha no desenvolvimento rural sustentável em ambas as áreas.

É importante destacar o papel que a academia tem no fortalecimento da agenda da Agroecologia. Existem atualmente várias universidades que, em conjunto com os movimentos sociais, desenvolvem pesquisas participativas e adaptadas para as realidades dos agricultores familiares. Este tipo de ação, que não é frequente e acontece em casos isolados, tem um impacto importante no fortalecimento da agroecologia e no desenvolvimento rural sustentável e precisa ser impulsionada, incluindo como contribuição para a construção e ajuste de políticas públicas.

De acordo com a proposta da FAO, a agenda de cada evento regional deve ser estabelecida por cada região, conforme suas necessidades e prioridades. Na América Latina e Caribe será enfatizada no diálogo sobre temas legais, institucionais e políticas públicas, a análise do progresso e desafios. Além da criação de uma plataforma regional para a promoção da agroecologia como uma estratégia para garantir a segurança alimentar e nutrição, assim como ações que fortaleçam a agricultura familiar, os povos indígenas e comunidades tradicionais.

Objetivos e resultados esperados

A reunião regional deve colocar ênfase nas melhores práticas existentes na região desde políticas até implementação de programas, bem como nos desafios e estratégias. Em colaboração com os atores-chave da agroecologia: os produtores de alimentos e movimentos sociais, as instituições acadêmicas, representantes do governos, organismos internacionais, como a FAO, e representantes dos povos indígenas. Desta forma, o evento criará as condições para fortalecer a agroecologia no âmbito dos países, melhorando ao mesmo tempo as oportunidades para a integração regional.

Os resultados esperados são:

- Preparar um documento estratégico para criar uma agenda regional sobre agroecologia que contenha diretrizes e orientações para políticas públicas
- Estabelecer as bases para um trabalho futuro sobre redes de agricultores-pesquisadores na região
- Estabelecer as bases para intensificar o trabalho entre a CELAC e a REAF sobre agroecologia, impulsionando e fortalecendo as iniciativas e discussões em andamento
- Fomentar a criação de iniciativas sub-regionais e locais (países da América Central, Caribe, Zona Andina, Região Amazônica, etc.) para aprofundar em temas técnicos e políticos de agroecologia
- Fortalecer o diálogo entre sociedade civil, governos e academia
- Contribuir para a criação de um documento de trabalho para a Conferência Regional da América Latina e Caribe da FAO no ano de 2016.

Produtos Esperados

- Elaboração de Documento de Referência com diretrizes voltadas ao desenvolvimento da agroecologia nos países da América Latina e Caribe, que sugira ações futuras e que contribua para a discussão nos diferentes fóruns de políticas públicas na região como CELAC, REAF/ MERCOSUL, Frente Parlamentar contra a Fome, CARICOM, SICA, SOCLA, entre outros;
- Agenda de Acompanhamento do tema na região.

Organização

O Seminário será organizado por um **Comitê Regional** composto por representantes das seguintes instituições e respectivas responsabilidades específicas:

- **Escritório Regional da FAO para América Latina e Caribe – FAO/RLC:** coordenação e articulação com os países da região, membros do Comitê Regional e FAO/HQ, envio de convites e assegurar os aspectos logísticos necessários (passagens, local, serviços, etc)
- **Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil – MDA:** identificar atores nacionais no Brasil e viabilizar suas participações. Responsável pela logística do evento.

- **Aliança pela Soberania Alimentar (Alianza):** articular representantes dos diversos movimentos sociais na região para participarem
- **Reunião Especializada da Agricultura Familiar do Mercosul – REAF/Mercosul:** articular com os países da REAF a participação de representantes de governo
- **Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribe – CELAC:** articular com pontos focais do GT de Agricultura Familiar da CELAC

Este Comitê receberá apoio técnico e sugestões de um **Painel Assessor** composto por:

- **Sede da FAO/HQ**
- **Especialistas científicos vinculados ao Simpósio de Agroecologia de Roma – 2014**
- **Sociedade Científica Latino-Americana de Agroecologia – SOCLA**
- **Cuba e suas instituições Agroecológicas mais representativas**

Em todo caso, qualquer membro do comitê organizador poderá consultar outros especialistas e/ou instituições para a construção da proposta do seminário.

Financiamento

O Seminário Regional contará com o apoio financeiro do Programa de Cooperação Técnica Brasil/FAO através do projeto GCP/RLA/173/BRA para apoiar a participação de alguns representantes de governo, garantir a participação de representantes da sociedade civil (passagens, hospedagens, alimentação, traslados), e cobrir os gastos de interpretação de todo o evento.

Participantes

O Seminário incluirá representantes das sub-regiões distintas (América do Sul, América Central e Caribe) nas diferentes mesas. Pelo setor público serão convidados representantes parlamentares, governos e instituições públicas.

Pelo setor social participarão representantes da sociedade civil, organizações de agricultores familiares (inclui agricultura, pecuária, florestal, pesca), cooperativas, organizações de consumidores, representantes de povos indígenas, associações de mulheres e jovens.

Pelo setor acadêmico, representantes das universidades e centros de pesquisa. Além disso, serão convidados representantes de organismos de integração regional e de cooperação internacional.

O seminário contará com aproximadamente 100 participantes, dos quais:

80 participantes internacionais de vários países da região – 30 representantes da sociedade civil, 10 especialistas acadêmicos e 30 representantes de governo.

20 participantes do Brasil - governo, sociedade civil e instituições acadêmicas, que serão definidos com base em processos internos de consulta nos fóruns de discussão e implementação do PLANAPO.

Os representantes de governo idealmente devem ser pessoas responsáveis por ações que promovam a agroecologia ou políticas de agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais.

A representação da sociedade civil será coordenada pela Aliança pela Soberania Alimentar da América Latina e Caribe (Alianza) e deve incluir representantes de associações de produtores, pescadores artesanais, movimentos e organizações agroecológicas, movimentos e organizações de mulheres, jovens, indígenas e comunidades tradicionais.

Haverá atenção para manter a equidade de gênero entre os participantes.

Serão convidados pontos focais envolvidos na organização de outros seminários regionais sobre agroecologia da FAO na Ásia e África.

Metodologia

O seminário terá a duração de três dias. O primeiro dia terá como objetivo realizar reuniões e atividades específicas da sociedade civil e representantes de governo separadamente, com a finalidade de aproximá-los e de fortalecer o diálogo entre os diversos atores, amadurecer propostas e contribuições de natureza pública. Durante o segundo e terceiro dia serão realizadas reuniões sobre temas específicos, um total de quatro mesas redondas com intervenções de atores dos diferentes países, 10 minutos cada uma, seguidas de intervenções da sala e uma intervenção de 10 minutos de cada um dos painelistas. Além disso, é prevista a realização de uma mesa de alto nível com a participação dos ministérios na tarde do terceiro dia.

Todas as mesas devem se concentrar em atingir os respectivos resultados propostos que incluem: apresentação das melhores práticas, análises de avanços científicos relevantes, assim como desafios e políticas para melhorar a agroecologia. Sugere-se que o tema da juventude e gênero seja transversal em todas as mesas. Cada mesa terá um Coordenador e será permitida a intervenção de 10 minutos para 1 representante de governo, 2 representantes de movimentos e organizações de povos e comunidades tradicionais, 1 representante do meio acadêmico e também para intervenções da plenária.

No segundo dia, é prevista uma breve sessão inaugural assim como um segmento de alto nível e encerramento ao final do terceiro dia, onde se apresentará a versão preliminar do documento de trabalho para análise.

Programa

Primeiro dia

Manhã e tarde: reservadas para reuniões específicas de movimentos sociais, organizações da sociedade civil, povos indígenas e comunidades tradicionais, a cargo da Aliança pela Soberania Alimentar (Alianza). Além disso, possibilitarão reuniões preparatórias entre representantes do governo e/ou academia.

Segundo dia

9 am – Sessão Inaugural. Representantes de:
Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil (MDA)

FAO

Presidência Pro Tempore da CELAC (Equador)

REAF

Aliança pela Soberania Alimentar América Latina e Caribe (Alianza)

10:30 - Mesa redonda 1: **A Agroecologia como caminho para a segurança alimentar e nutricional**

Resumo: Esta sessão apresentará a relação entre agroecologia, segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar; as ligações entre agroecologia, agricultura familiar e compras públicas de alimentos; a relação entre alimentação escolar, educação nutricional e saúde pública. Será dada atenção especial ao papel das mulheres rurais, os jovens e os povos indígenas no fortalecimento das estratégias de produção agroecológica e combate a má

nutrição nos territórios rurais, assim como o papel dos consumidores na valorização dos produtos da agricultura ecológica e hábitos de vida saudável que são favorecidos com a agroecologia.

12:30 – Almoço

14:30 – Mesa redonda 2: **Agroecologia e Biodiversidade: Água, Terras, Recursos Genéticos e Territórios**

Resumo: Apresentação de experiências que tratam de ciclos de reconfiguração do território e dos Agroecossistemas locais, onde a agroecologia é a peça central do processo para a gestão sustentável para de recursos naturais e dos recursos genéticos (terra, água, biodiversidade) com enfoque territorial e de desenvolvimento agrário. Esta mesa oferece experiências onde se valorizam os recursos genéticos locais, as sementes e raças crioulas locais e nativas, assim como aquelas adaptadas pela pesquisa participativa entre academia e agricultores familiares, para fortalecer a Agroecologia desde o território, defendendo autonomia, acesso e gestão dos recursos em mãos camponesas.

16h30- Break

17.00 – Mesa redonda 3: **Agroecologia e Inovação Social e Tecnológica**

Resumo: Esta mesa abordará a Agroecologia e a convergência da inovação social, institucional e tecnológica e do conhecimento tradicional nos territórios rurais, dando ênfase no diálogo de políticas e o diálogo de saberes. Haverá a possibilidade de apresentar experiências de pesquisas, projetos produtivos e sociais, que são produto da confluência de conhecimentos científico ou acadêmicos com conhecimentos locais de povos indígenas, camponeses e agricultores familiares para fortalecer a Agroecologia. Trata-se de dar um novo enfoque ao conceito de inovação rural, identificando os novos desafios institucionais e de governança, valorizando o diálogo de políticas, o papel das organizações sociais, o enfoque nos direitos, o diálogo de saberes, a inclusão social e econômica da agricultura familiar, o desenvolvimento de mercados institucionais, locais, solidários e justos; o papel das TICs (tecnologia de informação e comunicação) e os serviços rurais, e um novo olhar do território rural como forma de qualidade de vida.

Terceiro dia

9:00 a.m. Mesa redonda 4: **Políticas públicas para promover a Agroecologia**

Resumo: Esta mesa sintetiza os esforços dos países no desenho, formulação e articulação de políticas públicas orientadas para o fortalecimento da agroecologia na região e os desafios futuros. Permitirá aos governos apresentar às ferramentas com que contam e os processos de construção de políticas públicas em que estão trabalhando, e ainda, como as articulam no âmbito territorial para criar um entorno favorável que permita o avanço da Agroecologia nos países. Será dada atenção especial ao trabalho legislativo, às políticas agropecuárias, de pesquisa e inovação, sociais (educação, saúde pública, emprego rural), econômicas, ambientais e culturais, e aos mecanismos de articulação, participação e tomada de decisão. Os temas de investimento e financiamento são centrais na discussão de um entorno favorável para a agroecologia, diferenciando os papéis do investimento dos estados em bens públicos e a participação do setor privado. A mesa deve incluir os temas de políticas de acesso aos recursos naturais, marcos legais e institucionais, acesso ao mercado e desafios que os países devem enfrentar ao reafirmar a importância da agroecologia. Incluirá um enfoque especial nos povos indígenas e o conhecimento tradicional. Serão apresentadas experiências de organizações que através da autogestão, com apoio de políticas públicas ou em aliança com outras instâncias,

permitem gerar modos de vida sustentáveis e resilientes de camponeses, agricultores familiares, povos indígenas ou pescadores artesanais, sem destruir a identidade cultural.

11:30 - Sessão plenária para revisar a versão preliminar do documento de trabalho

12:30 - Almoço

16:00 – Segmento de alto nível e encerramento (inclui a participação dos ministérios)

Apresentação do documento final

Intervenções por parte de representantes de:

- Academia
- REAF/Mercosul
- FAO/RLC
- Aliança pela Soberania Alimentar da América Latina e Caribe (Alianza)
- Presidência Pro Tempore da CELAC
- Governo do Brasil

Critérios gerais para seleção de experiências e painelistas

1. Em se tratando de trabalhos de pesquisa e desenvolvimento, estes devem indicar qual foi a participação de comunidades, organizações de produtores, movimentos sociais, governos; e como se estabeleceu o diálogo de conhecimentos;
2. A experiência deve incluir a equipe multidisciplinar e setorial que participou no processo de desenho, execução e avaliação;
3. A iniciativa deve conter aspectos inovadores e resultados significativos, assim como amplitude (que não seja apenas um projeto piloto pontual) e potencial de ser replicado.
4. Dar prioridade a experiências que considerem a participação de mulheres, jovens e povos indígenas.
5. Dar a mesma oportunidade de participação a todos os países: rotação de países interlocutores a cada mesa (repetição somente em caso de necessidade).
6. Respeito / reconhecimento do conhecimento tradicional como uma forma válida de conhecimento que se deve ser promovida e valorizada.
7. A experiência preferencialmente deve ter um vínculo com algum programa oficial, política pública ou marco legal, vigente ou em processo de desenho ou implementação.